

Ai virou um negócio. O governador foi eleito. Ele prometeu fazer uma coisa que os investidores, os donos do dinheiro querem, porque ficou muito fácil, é só sentar e receber o dinheiro, já está tudo pronto, já está tudo montado. "Ah, mas tem que fazer mais investimentos." É verdade. Mas a empresa tem capacidade, sim, de investir.

Quero falar um pouco, Sr. Presidente, sobre a questão da privatização do serviço funerário. O serviço funerário de São Paulo foi privatizado, então quando João Agripino Doria chegou à Prefeitura de São Paulo, ele veio com esse receituário de venda da cidade.

O projeto dele, mais de 60 itens para serem vendidos, para serem privatizados, concedidos, alienados. Até os terrenos onde estão as comunidades, onde estão as favelas, ele mandou um projeto para vender. Ele queria vender tudo: vender os parques, vender os cemitérios, o Pacaembu, o Anhembi, uma operação predatória de destruição de tudo aquilo que foi construído no decorrer do tempo.

O serviço funerário foi privatizado, e as pessoas estão sofrendo muito, as pessoas estão sofrendo quando vão lá para adquirir o serviço, porque o serviço ficou muito caro.

Tem casos em que ele quadruplicou o preço, porque a iniciativa privada não está lá para fazer filantropia, ela não está lá para dar nada para ninguém: ela quer ganhar dinheiro. Eles só pensam no lucro.

Um exemplo que aconteceu, no dia 13 agora, passou nos jornais, inclusive, um cidadão passou dois dias tentando sepultar o seu filho. O Alisson Ferreira perdeu o filho na terça-feira, dia 13 de março. Ele passou dois dias tentando sepultar o bebê no Cemitério da Consolação.

Ele esperava contar com o sepultamento gratuito, optando pelo sepultamento social, que é possível para as famílias cadastradas no Sistema de Atendimento ao Cidadão de Rua ou que sejam doadores de órgãos, ou que estejam lá no CAD Único.

Imagine você ter a dor de perder um filho querido e ainda passar pela tortura de não conseguir enterrá-lo dignamente, simplesmente porque o concessionário se prendeu a uma questão de desatualização do CAD Único, e esse pai passou dois dias tentando sepultar o seu filho porque ele não tinha condições financeiras para custear o sepultamento. Essa é a lógica da privatização. Essa é a lógica da privatização.

Eu já estive visitando alguns cemitérios, e a gente vê, Sr. Presidente, só para terminar, que os valores aumentaram muito, e que muitas vezes as famílias, as pessoas, não têm aquelas condições financeiras para sequer sepultar dignamente o seu ente querido.

Isso é a privatização, é a venda, é a destruição, a destruição daquilo que foi construído não com o dinheiro do prefeito, não com o dinheiro do governador, mas com o dinheiro de cada um que a vida inteira contribui com os seus impostos.

É muito fácil vender aquilo que já está pronto. O que o governo quer fazer são negócios, que é usar a estrutura do estado para fazer negócios. Quem está ganhando dinheiro com isso? Não sei.

O SR. CONTE LOPES - PL - Para uma reclamação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Só um minutinho, deputado Conte Lopes. Por cessão de tempo do deputado Carlos Giannazi, tem a palavra a deputada Monica Seixas. Por favor, agora uma reclamação, com anuência da oradora chegando até a tribuna.

O SR. CONTE LOPES - PL - PARA RECLAMAÇÃO - Como vice-líder do PL, Sr. Presidente, eu ouvi o deputado Paulo Mansur usar uma expressão que o presidente Lula falou em uma entrevista.

Não foi na época do Moro juiz, foi agora que ele assumiu a Presidência da República para ferrar o Moro, com outra palavra, com outro adjetivo. Agora, se for o presidente da República que falou, por que V. Exa. manda retirar aquilo que o presidente falou? Isso é uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Só isso, deputado? É porque o presidente não falou nessa tribuna, senão nós tiraríamos também.

O SR. CONTE LOPES - PL - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Tem a palavra a deputada Monica Seixas.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Bom, boa tarde a todos, boa tarde a quem nos acompanha pela internet, pela TV Alesp, hoje eu quero começar me dirigindo aos trabalhadores e trabalhadoras da região metropolitana de São Paulo, que estão às voltas com a paralisação do Metrô, e aos próprios trabalhadores do Metrô.

Essa situação não pode colocar trabalhador contra trabalhador. As pessoas que acordaram, hoje, sem transporte, que estão lutando cotidianamente para garantir o arroz e o feijão para suas famílias, imagina que do outro lado também tem trabalhadores e trabalhadoras e suas famílias, de baixo salário também, que estão há três anos esperando receber parte dos seus direitos trabalhistas por parte do Governo do Estado de São Paulo.

Imagina você, trabalhador e trabalhadora, estar há três anos esperando receber parte do seu direito trabalhista. Ontem à noite, quando os metroriários resolveram pela paralisação, eles fizeram uma proposta, essa é a verdade, ao Governo do Estado de São Paulo: "Estamos em protesto pelo não cumprimento dos nossos direitos trabalhistas, e como não vamos trabalhar sem receber, a nossa proposta é abrir a catraca para que trabalhadoras e trabalhadores não sejam prejudicados".

O Governo do Estado de São Paulo, ciente, sinalizou que topava, na medida que deu entrevista, na medida que twittou, na medida que falou para as pessoas que a ideia era dele de liberar a catraca do Metrô, enquanto foi uma ação dos próprios trabalhadores prejudicados, que disseram: "Se a gente não recebe parte dos nossos salários, não vamos cobrar tarifa de trabalhadores e trabalhadoras." Foi isso que disseram os metroriários, numa decisão histórica.

E o governador sentou na janelinha e disse que a ideia era dele, mas se comprometeu com a catraca livre. No entanto, mentiu e prejudicou ambos, os trabalhadores, que são usuários do sistema de transporte, e os trabalhadores metroriários que ainda não têm uma resposta sobre o pagamento do seu abono.

Por isso, toda a nossa solidariedade aos metroriários, toda a nossa solidariedade aos usuários de transporte sobre trilhos na região metropolitana de São Paulo, porque o trem descarrilha, tem acidente, para no meio, o Metrô superlotado.

Não está bom nem para um e nem para outro, nem no que não foi privatizado e, principalmente, no que já foi privatizado, principalmente no que já foi privatizado. Trabalhadores que ganham pouco são maltratados em seu direito de circular pela cidade.

Por isso eu estou cobrando hoje do Governo do Estado de São Paulo a resposta. Quando vai pagar os três anos de abonos devidos aos metroriários? Por que prometeu e não cumpriu a liberação da catraca? Por que prometeu e não cumpriu, deixando milhares de trabalhadores na mão, essa tarde?

Toda a minha solidariedade a todos que, de um lado e de outro da catraca e da bilheteria do transporte sobre trilhos, na região metropolitana que hoje denunciam a mesma coisa.

Está precarizado para o trabalhador, e a iniciativa privada não é melhor, muito pelo contrário, tem colocado a vida das pessoas em risco nos sucessivos acidentes. Aliás, está aqui na fila da CPI um monte de CPI sobre a Linha 9, sobre outras áreas concedidas do transporte sobre trilhos na região metropolitana.

Bom, segundo tema. Gostaria de falar sobre o veto do meu projeto. Apresentei, no final do ano passado, um projeto que trazia às pessoas com fissura labiopalatina e demais anomalias craniofaciais os mesmos direitos das demais pessoas com deficiência no estado de São Paulo.

Nós temos poucos hospitais especialistas nisso, um deles o HRAC, na cidade de Bauru. Quando você visita Bauru, é muito comum você ver famílias inteiras de pessoas com fissura labiopalatina que largaram tudo e se mudaram para aquela região para conviver com o hospital.

Essas crianças passam por sucessivas cirurgias, por sucessivas terapias, e às vezes atingem a vida adulta com tantas dificuldades, como as demais pessoas com deficiência, e as suas famílias também. Por isso, o reconhecimento delas nos demais direitos das pessoas com deficiência.

Esse é um projeto que já é lei em 12 estados do País. A gente se organizou com a Associação Nacional para copiar e fazer aqui, no estado de São Paulo, nada além do que já existe em 12 estados do País.

A atribuição de versar sobre isso é da União, mas é também dos estados e municípios. É a regra. No entanto, o governador vetou o meu projeto dizendo que não é atribuição do estado versar a respeito. Sinto muito, familiares e pessoas com anomalia craniofacial e pessoas com fissura labiopalatina, o governador do estado de São Paulo ainda não sabe quais são as suas atribuições.

Nós vamos seguir empurrando, vou mandar a ele o relatório, inclusive as leis estaduais dos outros 12 estados que já têm o seguinte regramento e, inclusive, parte do texto sobre as suas atribuições, para que ele saiba que o cuidado das pessoas com deficiência é da União, mas é também dos estados. E ele pode e deve cuidar disso. Seguimos na luta.

Depois eu quero lembrar que na legislatura passada a gente também chegou com um governador com gana privatista. Na verdade, o Doria tinha tanto ódio do poder público que a gana dele era de extinção. A gente viveu um período que só vinha projeto aqui de extinção de empresas públicas. Baixa as portas, demite os servidores, extingue, extingue, extingue.

Uma dessas empresas era a CDHU, a empresa de habitação do estado de São Paulo, que há décadas entrega dignidade de moradia popular a preços baixíssimos para pessoas de baixa renda. Muitos de nossos municípios têm histórias lindas de transformação de vida através da CDHU.

A exemplo de ontem, que eu lutava aqui contra tudo e contra todos, ouvindo um monte de berro na minha orelha, um monte de gente tentando dizer que eu estava errada, me orgulho muito de ter sido feroz, transigente na defesa da CDHU.

Agora, para minha surpresa, vejo um governador que tem ódio da coisa pública, que quer privatizar a coisa pública, anunciar que a CDHU vai voltar a entregar casas no estado de São Paulo.

Uma das 30 cidades beneficiadas é a cidade onde eu vivo, Itu. Outras duas que eu espero que sejam é Osasco, onde a gente acompanha duramente a situação das famílias do Ribeirão Vermelho, expulsas de suas casas por uma situação de risco de morte, assim como também, provavelmente, tenham obras em São Sebastião para as famílias atingidas.

A gente cobra muito, sem respostas. Esse é um problema, falta transparência. Que bom que a CDHU está viva, ativa e vai entregar casa para as pessoas. Mas a gente vai precisar trabalhar bastante na transparência, para que isso não vire publicidade, como fez o Tarcísio sobre a catraca livre do metrô, e não cumpriu, ou sobre as moradias que a gente ainda está esperando ver acontecer em São Sebastião.

Ainda sobre São Sebastião, já completou um mês da tragédia. Muito se prometeu, mas nada cumpriu. Eu estive lá, troquei telefone com moradores que me ligam cotidianamente, assustados, porque a verdade é que boa parte deles continua morando no mesmo lugar.

A verdade é que boa parte dos que foram removidos ainda não sabem se receberam o prometido auxílio-aluguel. E a verdade é que ninguém, absolutamente ninguém da Barra do Sahy, sabe se será ou não contemplado com moradia popular definitiva. Ninguém atingido teve essa resposta.

E a gente continua insistindo. Se a gente não pode fazer nada além de chorar a crise, é preciso acolher os atingidos pela chuva. Nós estamos cobrando novamente o Governo do Estado de São Paulo: quando e quem será assistido na Barra do Sahy com auxílio-aluguel de forma transitória e com moradia definitiva no programa de moradia popular anunciado? Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputada Monica. Com a palavra, por permuta de tempo com o deputado Enio Tatto, deputado Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Eu queria agradecer muito ao deputado Enio Tatto pela permuta do tempo, deputado do PT. Porque eu estou, há duas horas, vendo discurso do PT e do PSOL. E falando a mesma coisa. Eu acho que, infelizmente, alguém deu com os burros n'água. Por quê? Fizeram uma greve, no Metrô, sem esperar. Pararam a cidade de São Paulo.

Os trabalhadores, desesperados, não conseguem chegar ao trabalho. A pessoa que queria ir ao médico, tinha uma consulta, não consegue. Vocês acham que eles estão satisfeitos com o Metrô?

E, diga-se de passagem, só a parte que é relativa ao Estado, aos funcionários públicos do Metrô, que fizeram isso. Porque, a parte privada do Metrô estava trabalhando. Estou falando: burros n'água. Não estou falando a favor, nem contra. Cada um faz o que bem entender.

Até penso: se o Tarcísio de Freitas, governador, mandasse para esta Casa a privatização total do Metrô, é capaz de ser aprovada a toque de caixa, pela raiva que está dando, no povo, contra os Metroriários. Podem achar que foi certo, estou dando a minha opinião. Fizeram uma greve, sem avisar ninguém.

Resolveram 11 horas da noite, meia noite, e São Paulo parou. São Paulo não: os trabalhadores, o estudante que quer estudar, a dona de casa que quer fazer algum serviço, o trabalhador e a trabalhadora, andando a pé pelas ruas. É bom, isso, para os metroriários, tomar uma atitude dessa?

E, no final das contas, o Tarcísio de Freitas, do Republicanos, do nosso presidente, que está aqui, Gilmaci Santos, do mesmo partido, que retirou, das notas taquigráficas, aquilo que o presidente da República falou.

O presidente da República, numa entrevista para jornalistas, que riram copiosamente, falou que voltou à Presidência da República para ferrar o Moro. Foi ele que falou. E o deputado Paulo Mansur falou isso. O presidente acabou mandando retirar, falou que era um palavrão. Mas foi o presidente que falou palavrão.

Mas, então, é isso: não acho o que os metroriários estão pensando. Estou dizendo que os deputados estão falando devagar. Agora, quando o cara fala forte... Os caras, falando: "Ah, porque não-sei-o-quê, os metroriários..." Estão justificando o quê? Um erro? Porque, para o Tarcísio, governador, está bom.

Pergunta para a opinião pública se a opinião pública está satisfeita, aqueles que usam o Metrô, aqueles que estão andando pelas ruas para chegar ao emprego, ao trabalho, a uma consulta médica que perderam?

Pergunta, para esse pessoal, se eles estão felizes com o procedimento dos metroriários, se foi correta a atitude dos metroriários. Estou fazendo uma análise. Estou ouvindo o PSDB, o PT e PSOL falando. Só estou respondendo.

Eu vejo que eles até tentam justificar uma situação. Mas, e o povo? O que o povo acha disso? Você coloca um Metrô privatizado, trabalhando, todo mundo andando, indo para o emprego, para a escola, para o médico. E o Metrô público, parado, porque alguém resolveu parar o Metrô. Não tem o porquê, o motivo. Não se avisou ninguém, não se cobrou ninguém. Não se cobrou nada, numa reunião anterior, para pedir ao governo.

Acho eu, estou só falando. Então seria esse o caminho correto? Fica aí: será que o Tarcísio de Freitas, governador, perdeu ou ganhou com essa situação toda que se colocou?

Eu vou voltar de novo ao crime organizado, que sou obrigado, a voltar. É a minha área, de Segurança Pública. Eu fui

colocado aqui em 1986. Olha como sou antigo pra caramba. Em 86, porque eu trabalhava na Rota, porque eu combatia o crime, porque eu aparecia no programa do Gil Gomes e do Afanasio, combatendo o crime.

Aí, o Michel Temer virou secretário do Montoro.

E queria mudar todo o esquema de policiamento de São Paulo, porque tinha que ser diferente: era a polícia democrática. Já começou na Constituição de 88 a passar a mão na cabeça dos bandidos e ferrar os senhores policiais.

Está aí o Maurício que não me deixa mentir. Ferrar o policial. Era a democracia. E eu acabei indo parar no Hospital Militar, para não combater o crime; fui parar lá. Aí o pessoal do Maluf me chamou para ser candidato, e eu estou desde 86 disputando eleição e, graças a Deus, ganhando.

Então, veja: desde aquela época, houve uma inversão de valores. Em 95, após a invasão do Carandiru, criou-se o crime organizado. Foi feito o estatuto em 93, 94. Nós fizemos uma CPI nesta Casa, com vários deputados: Elói Pietá, do PT, Rosmary Corrêa, Afanasio Jazadjir, eu, Erasmo Dias. Foi feita uma CPI a respeito disso, já se falando do tal do crime organizado, que começava naquela época.

O Elói Pietá, que era o relator, fez um relatório. Tudo o que ele falou, estão falando a mesma coisa agora: que tem que combater a economia, tem que não sei o que para a polícia. A mesma coisa. Só que de concreto não se faz nada. Pelo contrário, há 30 anos que o crime está crescendo cada vez mais. Pelo contrário, eles já formaram gente, já tem deputado que foi financiado pelo PCC, já tem juiz, já tem promotor. Então, o cara entra na faculdade, vai indo.

Hoje em dia, se o cara entra em cana - um aviãozinho aí que roubou uma carteira -chega lá, ele se filia ao PCC, aqui em São Paulo. Se ele se filiar ao PCC, ele vai ter as vantagens do crime organizado. A sua família não vai ser barbarizada na cadeia, ele pode não ser barbarizado na cadeia; só que depois, quando ele sair, ele vai trabalhar para o crime. Muito simples; não é coisa... Estou falando pelo conhecimento que...

Então, o cara se filia na cadeia e depois vai para a rua matar policial, matar pai de família, cometer aquilo que o crime quer. Aí, quando tem um caso desse do Moro, do promotor público ou outras autoridades que eles ameaçam, como aconteceu aqui... Nessa época, até eu estava ameaçado de morte, em noventa e cinco. Porque eles de vez em quando tinham problema com os caras. Então, em noventa e cinco.

Mas o que mudou de lá para cá? Nada. O crime cresceu muito, muito mais. O crime organizado está espalhado por todo o Brasil. Está aí o Rio Grande do Norte, onde a governadora está se escondendo ou ficando dentro de um quartel do Exército, lá no Rio Grande do Norte. Está aí o Rio de Janeiro. E está aqui São Paulo. A gente ouve as autoridades, que falam que vão fazer... É a mesma coisa.

Há quatro anos, começaram a matança de policial, que tem até hoje. Mataram um cabo da Rota em Santos, um outro cabo aqui quando saía de casa. Eles chegam e, se eles querem matar, eles matam qualquer um.

Os caras usam metralhadora antiaérea. Se eles quiserem matar o Moro, eles não matam? Eles matam quem eles quiserem. Vai lá, fica lá num prédio, a uns três quilômetros, dois; dá um tiro no cara, mata o cara. Entendeu? Quem impede? O governador, o presidente - eles matam quem eles quiserem.

Esta é a grande verdade: deixaram o crime crescer. E a polícia, deixam trabalhar? Cadê a Rota? Cadê o Baep, cadê o pessoal do Deic? Policial da Rota com uma câmera no peito - parece o cara que sai filmando, cameraman -, para ele não atirar no bandido.

Ele pode tomar tiro. Se ele atirar, o promotor denuncia: "olha lá, atirou no bandido". Porque você quis dar o tiro no bandido, e veio o bandido e atirou em você. Você tem que filmar, né. Se der errado, você está condenado.

E aí a própria Corregedoria da PM, como foi num caso em São José dos Campos, leva para a Globo para fazer a matéria contra os policiais que trocaram tiro com bandido.

Bandidos que assaltaram, com comerciante, com a mulher do comerciante com um bebê no colo, bandido armado com colete à prova de bala, de arma de grosso calibre. Morreu um, prenderam três. O policial foi para a cadeia porque a corregedoria e a Globo não conseguiram ver o tiro do bandido contra o policial.

Então eu pergunto, quem é que tem vontade de trabalhar na polícia desse jeito? É para ficar em casa? Não estou falando de PT, de PSOL, do PSDB, do meu partido, o PL, não estou falando nada de governador, de presidente, de Bolsonaro, de Lula, estou falando de segurança. Só isso. Qual é o policial que vai se expor para ir para a cadeia? A população fica à mercê da sorte.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Havendo acordo entre os líderes, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão. Obrigado a todos e boa tarde.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 31 minutos.

24 DE MARÇO DE 2023 7ª SESSÃO ORDINÁRIA

<p>Presidência: CARLOS GIANNAZI e LUIZ CLAUDIO MARCOLINO</p>
--

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Defende o cumprimento do piso nacional salarial da Educação e a data-base do funcionalismo público pelo Governo do Estado.
4 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - PRESIDENTE CARLOS GIANNAZI
Faz comentários sobre a forma de instauração de CPIs na Casa.
6 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - RUI ALVES
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Assume a Presidência.
9 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
10 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
11 - CARLOS GIANNAZI
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
12 - PRESIDENTE LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Defere o pedido. Cumprimenta os alunos do Colégio Conte, presentes nas galerias. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 27/03, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início a lista de oradores do Pequeno Expediente, com a palavra a deputada Letícia Aguiar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Vitão do Cachorrão. (Pausa.) Com a palavra a deputada Marta Costa. (Pausa.) Com a palavra o deputado Alex Madureira. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rômulo Fernandes. (Pausa.)

Com a palavra a deputada Valeria Bolsonaro. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Fernando Teixeira. (Pausa.) Com a palavra a deputada Beth Sahão. (Pausa.) Com a palavra o deputado Conte Lopes. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa... Sr. Presidente, a gente vêm acompanhando desde a semana passada o debate em relação à fila que foi instaurada aqui na Assembleia Legislativa em virtude do protocolo que começou a funcionar no dia do hoje, a partir do ato que foi feito pelo presidente André do Prado, que passa a vigorar a partir do dia de hoje.

Nós tínhamos discutido a importância de a oposição poder apresentar, também, os seus pedidos de CPIs, porque o importante em uma Casa de Leis, tanto a situação quanto a oposição, é fazer o seu papel legislativo.

Muito estranho que nós não conseguimos avançar no diálogo aqui entre os líderes da Casa, mas demonstra, mais uma vez, o desrespeito desta Casa em relação ao cumprimento das leis.

Hoje nós tivemos, pela manhã, inclusive, com o nobre deputado Eduardo Suplicy, justamente para garantir que a oposição pudesse ter uma das indicações da sua CPI para poder ser investigada nesta Casa.

O deputado Suplicy que, hoje, é o deputado mais velho desta Casa com 81 anos de idade e tem direito, inclusive, até pelo Estatuto do Idoso, a ter prioridade em qualquer estabelecimento público hoje no nosso Estado.

A lei do Estatuto do Idoso é clara. A Lei nº 14.423, de 22 de julho de 2022. A lei é precisa.

A lei fala no Artigo 3º: "É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura..." , e assim por diante.

Ainda fala, deputado Suplicy, também aqui no § 2º: "Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas."

E hoje nós tínhamos diversos deputados aqui da base do governo Tarcísio... Que já fizeram manobra aqui regimental que muito nos estranha. Você ter um ato que foi publicado na quarta e, na terça, quem estava na fila já sabia qual seria o critério e o que estaria escrito no ato.

Então nós já questionamos judicialmente essa medida que foi efetuada, esse ato que foi publicado aqui pelo presidente da Casa. Judicialmente já estamos cobrando, inclusive, para invadir o processo do protocolo que foi feito no dia de hoje, mas também, hoje, mais uma vez, houve um desrespeito em relação ao Estatuto do Idoso, uma lei federal.

Um ato da Mesa aqui, ele não pode sobrepor - um ato do presidente, um ato da mesa, né? - esse ato, por mais que seja uma regulamentação interna, ele não sobrepõe a lei, e hoje, mais uma vez, nós vimos o descumprimento.

Conversamos com as pessoas responsáveis pela fila no dia de hoje e, mesmo apresentando o Estatuto do Idoso, apresentando a lei, as pessoas que assessoravam aqui o presidente da Casa mantiveram o rito do ato do presidente - que ele não sobrepõe a uma lei federal.

Então fomos também dialogar com o presidente da Casa, que não estava presente. Conversamos com o chefe de gabinete do André do Prado, cobrando justamente que ele garantisse a prevalência nesta Casa do Estatuto do Idoso, que é uma lei federal, em detrimento do ato que foi publicado na última quarta-feira.

Mesmo assim, não foi garantida a efetivação da nossa propositura em relação à CPI apresentada. Mesmo assim, nós apresentamos a CPI. A CPI está protocolada. Protocolamos junto com o deputado Donato, com o deputado Suplicy, com o deputado Jorge do Carmo e com o deputado Reis, que é um dos componentes também da CPI.

É uma CPI que faz justamente... Quería fazer uma investigação em relação ao período em que teve, nas eleições, o tiroeteio, inclusive com mortes, na região de Paraisópolis.

Essa CPI, que a gente estava trabalhando para propor, no dia de hoje, está protocolada, e nós vamos cobrar do presidente aqui da Assembleia Legislativa o cumprimento do Estatuto do Idoso.

Nós queremos que a CPI que o deputado Suplicy estaria requerendo no dia de hoje, uma CPI que foi protocolada inicialmente pelo deputado Reis, pudesse ser, efetivamente, a primeira CPI discutida aqui na Assembleia Legislativa.

Então, nós vamos continuar cobrando e reafirmando aqui o desrespeito de alguns líderes partidários, inclusive, que no dia de hoje não cumpriram a Constituição, que é a Lei 14.423 de 22 de julho de 2022 aqui, já com as suas alterações, que é o cumprimento e a garantia de que a pessoa idosa... E aqui tem o deputado Suplicy não pela sua idade, mas pela sua história e pela sua votação, que nós tivemos no dia de hoje.

Os deputados que ali estavam, os líderes de partido que ali estavam deveriam ter aceitado e cumprido a lei, uma lei federal não se sobrepõe a um ato da Casa. Então, o ato da Casa não pode se sobrepor a uma lei federal.

E essa reclamação que nós estamos fazendo aqui, no dia de hoje, Sr. Presidente, gostaríamos que fosse encaminhada ao presidente da Casa. A CPI já está protocolada, e nós esperamos que o presidente da Casa cumpra a lei.

Nós somos aqui autores proponentes de lei, mas também temos que ser os guardiões da legislação do nosso País. Então quero fazer a solicitação, que seja remetida ao presidente aqui, pelo líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, cobrando o cumprimento da legislação, do Estatuto do Idoso, que a CPI protocolada no dia de hoje seja a primeira CPI a ser tramitada por esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Esta Presidência acolhe a solicitação de V. Exa. e fará o encaminhamento ao presidente da Assembleia Legislativa, o deputado André do Prado.

Com a palavra o deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Com a palavra o deputado Gil Diniz. (Pausa.) Com a palavra o deputado Itamar Borges. (Pausa.) Com a palavra o deputado Valdormiro Lopes. (Pausa.) Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra a deputada Ediane Maria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Marcos Damasio. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Rafael Silva. (Pausa.) Com a palavra a deputada Leci Brandão. (Pausa.) Com a palavra a deputada Thainara Faria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge do Carmo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Reis, que fará o uso regimental da tribuna.

Enquanto V. Exa. se aproxima, dirige-se à tribuna, eu gostaria de comunicar a todos e a todas que, na última terça-feira,